

(DES) CAMINHOS DO SINDICATO DOS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (APUBH): ESTUDOS INTRODUTÓRIOS

Savana Diniz Gomes Melo
UFMG
sdgmufmg@gmail.com

Rosilene Horta Tavares
UFMG
rhtavaresufmg@gmail.com

Muryel Kathellen Moreira Cirino
UFMG
angelike_felicidade@hotmail.com

Samilla Nayara dos Santos Pinto
UFMG
millasantos.faeufmg@gmail.com



RESUMO

Este artigo, que é fruto de uma pesquisa em andamento, visa contextualizar o sindicalismo docente no Brasil, e a natureza do trabalho do professor, no quadro do sindicalismo em geral no seio da sociedade capitalista. Para, em seguida, analisar a origem das transformações operadas no sindicato dos professores da UFMG, a APUBH, no período de 2004 a 2016; ocasião em que o caráter combativo do sindicato é destruído, a partir de sua desfiliação, em 2006, do ANDES- Sindicato Nacional. Busca-se brevemente analisar a conjuntura em que se processou tal mudança, as motivações e a forma de participação dos sindicalizados nesse processo. Os estudos preliminares nos permitiram elaborar a hipótese, que guiará doravante a investigação, de que o atual sindicalismo da APUBH possui cunho político complexo que parece conjugar prioritariamente assistencialismo, tendências empresariais e políticas interinstitucionais. Em detrimento da organização interna e mobilização da categoria em prol de seus direitos e necessidades. Ainda que, em meio a tal situação, tenha havido o surgimento, a partir de 2012, de uma oposição sindical de caráter combativo.

PALAVRAS CHAVE: Sindicalismo; Sindicalismo docente universitário; APUBH.

Introdução

Este artigo, que é fruto de pesquisa em curso, visa contribuir no sentido de apontar pressupostos que permitam compreender, com o prosseguimento da mesma, as características das transformações, no período de 2004 a 2016, na natureza do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco (APUBH). Sendo

esse o problema da investigação, pretende-se analisar as modificações processadas nesse sindicato em diferentes aspectos: gestão, estatuto, estrutura, atividades desenvolvidas e os discursos dos diretores. Visando, assim, caracterizar a política sindical da APUBH e as transformações nela operadas a partir de 2004, para depreender, da prática política gestorial, que tipo de sindicalismo docente vem sendo desde então constituído. Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter descritivo e analítico, pautado em pesquisa documental, além de artigos, livros e jornais. As fontes documentais já reunidas contêm textos como estatutos, regimentos, informes, correspondências enviadas por e-mail aos filiados, notícias disponibilizadas no *site*, publicações do sindicato, entre outras, referentes ao período analisado. Os dados coletados estão sendo analisados à luz da produção bibliográfica da área de educação, com aporte de outras áreas que se dedicam ao estudo do tema do sindicalismo em geral e do sindicalismo docente no Brasil.

Pressupõe-se, desde já, que se inaugura na APUBH, a partir de 2004, uma forma de gestão sindical severamente centralizada e uma relação com os filiados que os distancia, cada vez mais, do próprio sindicato local e do movimento docente nacional combativo. A referência do ANDES-SN como sindicato combativo, se funda, em grande medida, nos compromissos assumidos pela organização para com a educação pública, e suas bandeiras de luta. Entre os compromissos se destacam: lutar pela educação pública de qualidade, valorização do trabalho docente, autonomia das instituições públicas de ensino superior e pela universalização do acesso à educação superior pública e gratuita com garantia de permanência.

Compromissos estes que se encontram, desde cerca de 12 (doze) anos, comprometidos, no caso da UFMG, devido à imposição do seu isolamento interno e externo no que diz respeito à luta sindical, como será profundamente analisado no decurso da pesquisa. Posto que tal situação pode estar repercutindo no aumento da alienação dos professores filiados e não filiados à APUBH quanto aos desafios postos às universidades públicas federais e à própria categoria docente; que, no momento atual, são alvos de medidas estatais regressivas que colocam em risco de extinção a ambos.

Quanto ao presente texto, ele procura, primeiramente, contextualizar a problemática da pesquisa especificando como o sindicalismo universitário surgiu de forma combativa, em relação à exploração do trabalho e contra a opressão política, com a criação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). Um segundo

momento deste artigo se dedica a recuperar brevemente a discussão da literatura sobre o sindicalismo em geral e o sindicalismo docente, em particular, como pano de fundo para situar o objeto de estudo. Em uma terceira parte retrata-se aqui o surgimento do ANDES-SN e da APUBH, identificando o objetivo comum de construção de um determinado tipo de sindicalismo docente; e a posterior ruptura da APUBH com o ANDES-SN. As considerações finais apresentam algumas reflexões preliminares a respeito dos possíveis significados da inflexão ocorrida na APUBH, devido à modalidade de sindicalismo adotado na entidade, e suas implicações para a organização dos professores.

I Contextualização geral

O sindicalismo docente universitário no Brasil tem a figura do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) como grande referência de sindicalismo combativo. Fundado em 1981, como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), tornou-se sindicato nacional em 1988, denominando-se ANDES-SN, após a promulgação da atual Constituição Federal. Nasceu rompendo com a estrutura sindical autoritária implantada no Brasil na década de 1930 e pautando-se em organização de base, por meio de seções sindicais nos locais de trabalho, sob o princípio de autonomia em relação a partidos políticos e governos.

Atualmente, segundo informes publicados em seu *site*, a entidade conta com cerca de 70 mil filiados, vinculados às instituições de ensino superior e institutos de educação básica, técnica e tecnológica, sendo representado em todo o país por 121 seções sindicais. O ANDES-SN não cobra imposto sindical compulsório.

Entre as suas bandeiras de luta constam: manutenção e ampliação do ensino público gratuito e de qualidade socialmente referenciada; autonomia e funcionamento democrático das universidades públicas e de direito privado, com base em colegiados e cargos de direção eletivos; estabelecimento de um padrão unitário de qualidade para o ensino superior, estimulando a pesquisa e a criação intelectual nas universidades, carreira única para os docentes das instituições de ensino superior; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; dotação de recursos públicos orçamentários suficientes para o ensino e a pesquisa nas universidades públicas; criação de condições de adequação da universidade à realidade brasileira; e garantia do direito à liberdade de pensamento nas contratações e nomeações para a universidade e no exercício das funções e atividades acadêmicas.

No entanto, o ANDES-SN é também criticado por alguns segmentos, que possuem orientações políticas diversas às que se apontou acima, e por tal razão argumentam que este não representaria mais a categoria de professores. Com base nesta crítica foram constituídas outras organizações para a disputa da base representada pelo ANDES-SN. Esse é o caso do sindicato dos professores da UFMG, que tem sua origem na Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte (APUBH), criada em 1977. Sendo uma das organizações que participou ativamente da criação do ANDES-SN, como também de suas lutas, durante 16 anos. Porém, em 2004, a APUBH promove uma ruptura radical com o ANDES-SN e participa, ativamente, junto com 14 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), da constituição de outra organização sindical de caráter nacional, o Fórum Nacional dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES), que em 2011 galgaria a condição de federação.

A proposta do PROIFES, segundo informes encontrados em seu *site*, era a renovação do movimento docente e consolidação de uma organização que realmente representasse seus interesses. No discurso da nova entidade está o combate ao que denomina como ‘costumeira política (do ANDES-SN) de utilizar os docentes como massa de manobra para objetivos partidários, e de deflagrar greves como condição preliminar, não como último recurso’.

Pela leitura dos documentos já coletados e previamente analisados, pode-se afirmar que em decorrência da ruptura da APUBH com o ANDES/SN, e a adesão ao PROIFES, vem operando-se nela uma profunda reforma estatutária. Que, preliminarmente, aponta para a hipótese da inauguração de uma nova forma de gestão e relação com seus representados professores que, de toda forma, os vem distanciando por doze anos, e cada vez mais, do movimento docente nacional combativo, e do próprio sindicato local.

Por outro lado, infere-se a princípio que, por disputas internas, não propriamente ideológicas e não explicitadas, a APUBH se desvincula do PROIFES em 2012, e, em seguida, vincula-se ao Movimento Docente Independente e Autônomo (MDIA). Contudo, constatou-se que essa vinculação ocorreu também sem esclarecimento ou consulta aos filiados, aprofundando ainda mais o distanciamento destes do sindicato nacional e do movimento docente brasileiro. O Movimento Docente Independente e Autônomo (MDIA) é outra organização que pretende também ser nacional, cujo objetivo expresso em seu *site* é trabalhar em prol dos interesses e necessidades dos professores das Universidades Federais. Conta com quatro associados:

Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco (APUBH), Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB), Associação dos Diplomados da Universidade Federal de Itajubá (ADUNIFEI), e Sindicato das Universidades Federais de Santa Catarina (APUFSC).

Os estudos até aqui apontaram que essas e outras transformações ocorridas na APUBH, suas motivações, significados e implicações ainda não se constituíram como objeto de estudo no campo da educação ou do sindicalismo docente, havendo, portanto, uma lacuna de conhecimento a ser preenchida.

5

II O sindicalismo em geral e o sindicalismo docente

O capitalismo, como um modo de produção que engendra uma divisão da sociedade em duas classes - a dos donos de meios de produção como a terra, matéria primas, e o proletariado, que vende a sua força de trabalho por não conseguir ter acesso aos meios de produção ou de substância -, é permanentemente conflitivo, como consequência do antagonismo de interesses que existem entre essas classes. A produção capitalista gera, alimenta e exacerba a luta de classes.

Com a consolidação das principais classes do capitalismo surge, na Europa a partir do século XVIII, o sindicalismo. Este emerge durante o processo de industrialização quando os operários foram submetidos a jornadas de trabalhos que chegavam a 16 horas diárias, precarização do trabalho e de moradias, substituição da mão de obra por máquinas, aumentando acidentes e desemprego, nos marcos da exploração capitalista do trabalho do período.

No Brasil, o sindicalismo surgiu no final do século XIX, através dos imigrantes europeus que trouxeram a suas influências por se relacionarem com os sindicatos dos seus países de origem, e a partir dessa interação começaram os questionamentos sobre as condições de trabalho que os trabalhadores brasileiros estavam submetidos.

Mas foi durante o período militar, quando houve um aumento das privatizações de empresas estatais e uma expansão do capitalismo, que aumentou o número de trabalhadores, e também, uma grande repressão e controle sobre eles. Porém, em 1978 as greves tiveram seu resurgimento de maneira muito intensa. Na década de 80 foi criado, a partir das lutas a partir das comissões operárias de base, o chamado novo sindicalismo, propugnando a luta contra a

exploração e a opressão, independente de governos e do patronato. Surgindo, portanto, contra os denominados pelegos sindicais que até então atuavam buscando subordinar os interesses dos trabalhadores às necessidades do capital e dos governos.

Em sua origem e de maneira geral o sindicato aparece no mundo de forma paralela ao capitalismo e se espalha pelos países apresentando o objetivo de melhorar as condições de vida da classe operária. Emerge por ser um movimento associado dos trabalhadores assalariados e por visar a proteção de seus interesses. De acordo com Marx e Engels, os sindicatos cumprem um papel de impedir que os salários baixem: “Os sindicatos tem por fim impedir que o nível dos salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor.” (MARX e ENGELS, 1980, p. 9)

A união dos trabalhadores surge como uma forma de buscarem se colocar em condições para elaborar e pautar, nas suas lutas, o contrato de venda do seu trabalho. Essa era a ideia básica que esteve na origem dos sindicatos: ajudar o trabalhador a ter um salário mínimo de sobrevivência, que será fixado pela oferta e pela procura em determinado ramo de atividade.

Desse modo, o sindicalismo nasceu desse esforço que os trabalhadores realizavam para lutar contra a ordem despótica do capital, para impedir ou atenuar os efeitos causados através da concorrência. Mas, segundo Marx e Engels:

O objetivo dos sindicatos, às vezes, está limitado às necessidades das lutas diárias, as defesas contra a usurpação incessante do capital, em suma, aos problemas de salários e horas de trabalho. Essa atividade não só é legítima como necessária. Não se pode renunciar a ela enquanto dure o sistema atual: mais do que isso, os sindicatos operários devem generalizar sua ação unindo-se em todos os países. (MARX E ENGELS, 1980, p. 13)

Os sindicatos passam a exercer pressões para garantir que os patrões sigam e apliquem as leis que determinam os direitos dos trabalhadores. Assumem a função de reivindicar a regularização dos salários médios e organizar os empregados em sua luta contra o capital, oferecendo a direção e meios de resistência para conquistar as melhorias nas condições de trabalho.

Marx e Engels afirmavam que a força de trabalho não pode permanecer abaixo do nível mínimo para manter a sua sobrevivência. “Os sindicatos, portanto, nunca permitem que seus

membros trabalhem por menos desse mínimo de salário, são sociedades de segurança criadas para os próprios operários.” (1980, p. 10).

Marx, Engels e Lênin acreditavam que o sindicato possui grande importância para manter a organização e as lutas da classe trabalhadora, mas apresentam limitações políticas que não podem ser esquecidas. Lênin aponta mecanismos que estão presentes no movimento operário, como:

“[...] as greves ensinam os operários a unirem-se, as greves fazem-nos ver que somente unidos podem agüentar a luta contra os capitalistas, as greves ensinam os operários a pensarem na luta de toda a classe operária contra toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial” (LENIN, 1979, p. 46)

Essas limitações dos sindicatos e as relações entre os sindicatos e o partido foram analisadas por Marx e Engels, através de obras como a “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra (2011)*”, “*Miséria da filosofia*”(2004), “*Sindicalismo*”(1980) e “*As greves e as coligações de operários, O marxismo e os sindicatos*”(2008). Em síntese, as instituições sindicais foram compreendidas como produtos necessários da ordem industrial, detentores de potência relativa na defesa do preço dos salários, e carecedores de ampliação de suas bases para fortalecimento da luta contra o capital. Ainda segundo Marx, o sindicato deve apoiar qualquer movimento social e político que também lute pelo fim do capitalismo e, logo, da exploração. Com efeito, em várias partes do mundo, os sindicatos se transformam em centros aglutinadores da classe trabalhadora com um objetivo maior, que é a completa emancipação do ser humano.

A emancipação social e individual, que é a antítese da alienação, foi uma ideia ostensivamente desenvolvida por Marx, a partir de uma de suas obras de juventude, *A Questão Judaica* (1991), até sua formulação mais completa – especialmente com os conceitos de *mais-valia absoluta* e *relativa*¹ – em *O Capital* (1988). Ainda que se caracterize como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual, como afirma Marx, em *A Questão Judaica*, a emancipação política representa a cisão do homem na vida

¹ Marx explicita em *O Capital* que a *mais-valia absoluta* é extraída através por meio da extensão das horas de trabalho dos trabalhadores; a *mais valia-relativa* é aquela extraída do trabalhador mediante a intensificação dos processos de trabalho, com a introdução de novas formas de produção, mais ágeis. Isso se faz incrementando a tecnologia e aumentando a capacidade mental do trabalhador [para o que a escola tem sido fundamental]. Ou seja, em igual tempo de trabalho, com a introdução de novas tecnologias, a produtividade aumenta. Aumentando a mais-valia produzida, cresce o capital.

pública e na vida privada. Com o que não há possibilidade plena de emancipação humana, devido à própria essência ou categoria da emancipação política, de cujo direito advém a separação do homem em relação a seu semelhante. Efetiva-se a emancipação humana, segundo Marx, recuperando-se a dupla dimensão do homem, individual e genérica, reconhecidas, e nele organizadas, as suas “forces propres” como forças sociais. Entretanto, Marx não teoriza como seria a forma de associação proposta por ele para a emancipação, talvez por acreditar que é na própria prática social que ela se efetivaria.

Imbuído desse sentido revolucionário, o papel dos sindicatos pela emancipação humana passa a se apresentar em documentos e discursos de dirigentes e militantes sindicais. Desse modo, a ação sindical poderia contribuir para uma política reformista, sem colocar em questão o modo de produção capitalista, mas ela poderia também colaborar para a tarefa revolucionária, em que o sujeito histórico responsável é a classe trabalhadora.

Sindicalismo Docente

Tal como no sindicalismo em geral, o sindicalismo docente surge com a criação dos sistemas de ensino, e a organização da luta dos trabalhadores da educação e dos docentes, em particular, por melhorias salariais, de suas condições de trabalho e seus direitos e, também para conquistar o reconhecimento na sociedade. Segundo Sadi Dal Rosso:

O sindicato firmou-se como movimento e como instituição social. Na condição de instituição, o sindicato docente pode assumir as mais diversas configurações, assim pode restringir sua ação aos limites específicos da instituição e da categoria. De seu caráter institucional, decorrem questões de pesquisa relativas à estrutura dos poderes de organização. Entretanto, a atividade docente não se restringe a seu público interno nem a função meio. As socializações das novas gerações e as atividades de transformação dos valores dos princípios de ação da sociedade dependem do trabalho docente.” (ROSSO, 2011, p.19)

O sindicalismo docente é conformado, segundo Dal Rosso, por dois segmentos de trabalhadores assalariados, o do magistério público e o do magistério privado (2011, p. 113). Na trajetória do sindicalismo no campo da educação sempre existiu uma luta pelo reconhecimento de direitos e representação. Entretanto, o sindicato docente sofreu mais dificuldade para institucionalizar e obter seu direito de instituição reconhecida.

Segundo Dal Rosso, o desafio posto aos sindicatos em geral está também colocado ao sindicalismo docente. “O sindicato docente, sem sombra de dúvidas, reproduz a sociedade, seus valores, seus hábitos, mas pode também ocupar um lugar de agente transformador e de mudanças.” (2011, p. 21). Para o autor, “a compreensão do sindicalismo docente como movimento implica a abertura de inúmeras questões de pesquisa que se desdobram para além dos limites instituição da categoria” (2011, p. 19).

Nesse quadro, é fundamental o entendimento da natureza do trabalho docente sob o capitalismo, advindo disso consequências práticas e teóricas sobre o papel do sindicato no setor produtivo educacional.

Especificidade do Trabalho Docente

O trabalho realizado pelos docentes, em uma perspectiva ortodoxa do marxismo, não seria trabalho *produtivo* (de valor econômico), porque não produziria mercadorias; sendo então, nestes termos, um trabalho *improdutivo*. Tal aceção resulta na conseqüente ideia que é preciso ser produtor de mercadorias para que trabalho ganhar um reconhecimento social. Daí viria a pouca valorização social do trabalho docente.

Essa perceptiva ortodoxa, no entanto, é contestada por muitos estudiosos, que afirmam serem os docentes, tanto do setor público quanto privado, produtores de trabalhadores, uma mercadoria fundamental no capitalismo. Ou produtores de capitalistas ou gestores do capital, no caso daqueles docentes que trabalham em escolas de formação das elites. O debate segue em aberto, mas Marx mostrou que o trabalho produtivo é aquele referente ao processo de produção capitalista, ou seja, trabalho que consegue produzir a mais-valia. O autor demonstra:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem que produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. [...] O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produtor do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca do trabalhador como meio direto de

valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar. (MARX, 1984, p 105-106)

Isso mostra que o significado de trabalho produtivo está relacionado com qualquer produção capitalista, não importando se é de uma empresa fabril, agrícola ou escolar, ou se a mercadoria que será produzida será soja, tecnologia ou trabalhadores. Assim, o trabalho docente é uma relação de produção social na qual há uma valorização do capital, razão pela qual a organização do processo de trabalho escolar (em sentido lato) possui características correlatas a quaisquer setores produtivos do capitalismo. Este modo de produção determina toda a estrutura organizacional da escola em vários aspectos como o da divisão de tarefas, da distribuição hierárquica do poder, da seleção, da organização dos conteúdos programáticos, da definição das grades curriculares e dos períodos letivos, da determinação dos horários escolares, da definição dos processos de exames e avaliação, dentre outros (SANTOS, 1992).

De modo que não importa qual é o caráter ou o destino de um determinado produto ou mesmo a sua realização² ou não realização no mercado, ou, ainda, a sua incorporação ou não em um novo processo produtivo. O que importa, nesse caso, é refletir que o processo de produção não é um simples processo de produção de mercadorias, mas um processo dividido em termos de *tempo de trabalho*. Um processo de exploração, de oposições sociais entre os *produtores de mais-valia* e entre os *apropriadores de mais-valia*.

Porém, o capitalismo no Brasil somente inicia sua configuração de fato, e tardiamente em relação aos países europeus e aos EUA, com o fim do escravismo (1888), iniciando um processo maior de industrialização nos anos 1930. E quanto a um sistema nacional de instrução, este só começou a se delinear no país no início da República, por volta de 1889.

Arroyo (1985) nos mostra que até este momento era o professor quem controlava o seu processo de trabalho. Processo que o qualificava no trabalho e o fazia respeitado pela comunidade. Passando a vender a sua força-de-trabalho, o professor foi então despossuído da escola, do trabalho e do saber, que passaram ao controle dos capitalistas.

² “Realizar” um produto no mercado significa, em termos econômicos, sua comercialização.

Quando, a partir de 1930, começa a se desenvolver aqui a atividade industrial, foi necessário retirar parte da força-de-trabalho do campo e transferi-la para a cidade, para que pudesse ser habituada a um outro sistema de vida e de pensamento, segundo analisa Tavares (1995). Ainda que em contexto majoritário de mais-valia absoluta³, a produção dessa força de trabalho, com um nível mais elevado do seu componente intelectual, exigia um papel maior da escola. Esse é o fator explicativo para que, a partir da década de 1930, fosse efetivamente criado um sistema educacional nacionalmente organizado e, principalmente, controlado.

É justamente a característica do trabalho controlado que ganha cada vez mais força também na categoria dos professores que vêm, gradativamente, sua profissão anterior - de mestre - ser desqualificada: passando a leigos, por não possuírem o diploma requerido para a qualificação requerida; conseguintemente, divididos internamente, primeiro, por serem classificados como titulados e não-titulados; segundo, porque eram diferenciados em escolas - piloto e "não-piloto"; por fim, o sistema de instrução promoveu uma outra cisão, agora não internamente à categoria, mas à classe trabalhadora: afastou os pais dos alunos, a comunidade, que era parte integrante da escola e do ensino e tinha, também, com os professores, uma relação no mesmo nível, ou seja, integral. Aqui os pais não eram "chamados", "convidados" a participar, eles já eram parte.

A necessária compartimentação dos trabalhadores professores (e de alunos e seus pais) iniciada na República, ganha contornos mais nítidos a partir da reforma do ensino em 1971, e vem sendo aperfeiçoada até os dias atuais. Na história da educação no Brasil, e na de seus profissionais, Tavares (1995) analisa como se encaminhou a transformação dos professores em trabalhadores assalariados, significando, com isso, que eles perderam o controle do processo de seu trabalho. A partir desse momento, e cada vez mais, com o desenrolar dos processos sociais, os trabalhadores em educação foram se transformando.

Consciência dos docentes enquanto trabalhadores

Importante constatar que os professores e os funcionários das escolas adquirem a consciência dessa sua condição, como expressão da nova prática social que eles vivem, com o próprio fato de se auto-denominarem *trabalhadores do ensino* (e, mais tarde, trabalhadores em educação), a partir das greves de 1978 e 1979, marco básico de luta não só dessa categoria, como dos

³ A mais-valia absoluta é extraída através da extensão das horas de trabalho dos proletários.

demais trabalhadores brasileiros. Na história de sua constituição, os professores, em especial, sofreram um intenso processo de "inchamento" da categoria, o rebaixamento de seus salários, a deterioração das condições de trabalho, enfim, de proletarização crescente.

No entanto, muito mais do que as lutas empreendidas nos fins da década de 1970 serem caracterizadas por seu caráter de massa - mas identificando esse caráter - elas foram marcadas pelas relações sociais de tipo novo então criadas. Relações que se expressaram nos movimentos de solidariedade, na horizontalidade das relações políticas, na participação coletiva e ativa dos trabalhadores. E por que eram os trabalhadores, assim organizados a controlarem o processo de confronto com o capital, porque em luta direta, é que se sentiam, pela primeira vez, como sujeitos do processo histórico.

Ao fazer uma reconstrução dos movimentos dos trabalhadores em educação de 1979 a 1993, Tavares (1994) aponta que, a partir da vivência e do experimentar de novos tipos de relação, esses atores foram aprendendo a se auto-conduzirem e criaram suas próprias organizações, instituições e partidos políticos. E, embora seja patente o posterior refluxo das formas ativas e coletivas de luta, deve-se ter em elevada consideração, porém, o significado histórico da existência e do papel de ações coletivas de organização nos locais de trabalho que fizeram ressurgir o movimento docente nos finais dos anos 1970.

Nesse período, o sindicalismo nos dois setores produtivos (indústria e educação), apresenta semelhanças já que os dois estavam buscando melhorias para a classe trabalhadora e apresentavam uma relação dialética com a estrutura, realidade objetiva e superestrutura, valores, costumes, pensamentos e concepções para encontrar uma relação entre as ideias e as condições materiais da sociedade.

Ao longo da história os professores enfrentaram diversas dificuldades, tais como baixos salários e uma condição de precarização de trabalho. Dessa forma, era necessária a estruturação do sindicato no campo educacional para lutar contra essa situação de forma coletiva, através da união da categoria. Importante frisar que uma de suas principais características nesse momento foi a unificação dos professores nas lutas, desde a educação infantil ao ensino superior.

A explosão das lutas nesse período se justificou em boa medida pelo fato de que o cenário da educação até os anos de 1970 tinha grande carência por não possuir prédios escolares

suficientes, escassez ou falta de matérias escolares como livros, papéis, moveis e salários muito baixos, existindo uma falta de profissionais docentes. Essa situação é ainda visível na atualidade em várias escolas públicas do país, compondo o rol de desafios da educação pública na atualidade.

Anteriormente ao período do final da década de 1970, no entanto, importante observar que, ainda na primeira república no Brasil, surgem em vários estados brasileiros entidades representativas do magistério com um modelo de associativismo. O associativismo segundo Almeida se caracterizava por práticas corporativistas e assistencialistas, em detrimento das práticas combativas da categoria:

Como primeira forma de agir coletivo, o associativismo apresentava como aspectos centrais a fragmentação das lutas da categoria, evidenciada pelo número das associações fundadas, nas quais se defendiam os interesses específicos de cada segmento, a ausência de debates mais amplos que discutissem a política educacional e a predominância do diálogo com os governantes, em detrimento das práticas combativas. Em linhas gerais, as entidades apresentavam um caráter corporativo e assistencialista, com ênfase na prestação de assistência aos professores.” (2011, p. 133)

Mas o associativismo foi a primeira forma de agrupamentos dos trabalhadores operários que levou à frente suas reivindicações, constituindo-se, para Dal Rosso, como associações pre-sindicais.

As Associações profissionais são uma forma pré-sindical, frequentemente de caráter assistencial, que busca atender a interesses profissionais da categoria dos professores”. Para este autor, essas Associações, “na defesa dos interesses profissionais [...] veem-se obrigadas a levar à frente reivindicações tipicamente sindicais, como reajustes salariais, planos de carreiras, sistemas de aposentadorias” existe uma atenção para esse tipo de organização por não conseguir apresentar pressão como manifestações públicas e as greves, para ajudar na categoria profissional. (2004, p.119)

Como se vê, os trabalhadores, na ação, construíram uma forma de organização que deu origem ao sindicato, um movimento organizado que contém ferramentas que enfatizam as lutas específicas para a categoria dos trabalhadores, como a luta por melhorias de salários e

condições de trabalho. E, posteriormente, as lutas associativistas se transformaram e criaram verdadeiros sindicatos.

No Brasil, foi com a promulgação da Constituição de 1988 que os trabalhadores do serviço público conquistam a liberdade para se organizar em sindicatos, sendo necessário o registro conhecido como carta sindical, expedida pelo órgão competente do Estado. A legislação também vedava ao poder público interferir na organização sindical, mas na prática o controle estatal permaneceu intenso. Desde então muitas associações se transformaram em sindicatos e ocorreu também a criação de inúmeros sindicatos, e de centrais sindicais, acarretando uma grande fragmentação da classe trabalhadora.

Mas foi a partir da primeira década de 2000 que o sindicalismo brasileiro, em todas as áreas, experimentou um processo de grande aproximação do Estado, sendo ainda mais controlado pelo mesmo. Processo que se verificou inclusive na área de educação. A exceção talvez tenha sido na educação superior, nas universidades públicas federais, onde o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) sempre manteve sua autonomia e hegemonia na categoria. No entanto, essa tarefa foi eivada de dificuldades. Este é o tema do próximo tópico.

III Da construção conjunta à ruptura da APUBH com o ANDES-SN

O ANDES-SN⁴ tem origem na Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), criada em 1981, em um Congresso de docentes universitários em que participaram e decidiram por unanimidade, 316 delegados de 67 Associações Docentes (ADs). O Congresso também deliberou que a Associação seria de âmbito nacional, autônoma em relação ao Estado e às administrações universitárias, democrática e representativa dos professores das IES de todo o Brasil, não possuiria caráter político-partidário, deveria expressar as reivindicações e lutas dos professores nos planos econômico, social, cultural e

⁴ Informações recolhidas no Site: <http://www.ANDES.org.br/ANDES/portal.ANDES>

político, e promover debates sobre temas relativos à vida universitária e condições de trabalho dos professores, entre outros.

Em 26 de novembro de 1988, logo após a promulgação da Constituição Federal transformou-se em sindicato nacional e sua sigla modificou-se para ANDES-SN. Rompendo com a estrutura sindical autoritária, implantada no Brasil na década de 1930, o ANDES se consolidou pela organização de base nos locais de trabalho. As decisões são deliberadas pela base, que democraticamente elege todos os dirigentes. O sindicato é mantido pela contribuição voluntária de seus sindicalizados, sem haver taxa sindical compulsória. Sua estrutura é formada por diretoria nacional, diretorias regionais e seções sindicais nos locais de trabalho. Estas possuem autonomia financeira, política, patrimonial e administrativa, com regimento geral e diretoria própria. Atualmente possui cerca de setenta mil sindicalizados de instituições de ensino superior, educação básica, técnica e tecnológica e representação em todo território nacional, com 121 seções sindicais. É filiado à Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas).

15

Desde sua origem, e mesmo nos períodos da ditadura,

preocupou-se em não apartar o trabalho acadêmico da realidade social, vinculando, na prática, a luta dos docentes às lutas de outros trabalhadores. Essa postura introduziu no cotidiano docente um pensar articulado da realidade social que, pela sua importância, instituiu espaços destinados à discussão da questão da terra, classe, etnia e gênero, para além de questões ligadas à educação, à ciência e tecnologia, ao sindicalismo e à própria organização dos professores. (ANDES-SN, 2016)

O seu objetivo, estabelecido em estatuto, é representar os professores de ensino superior e ensino básico, técnico e tecnológico do Brasil. O compromisso com os sindicalizados é lutar para alcançar seus direitos e reconhecimento; pela educação pública de qualidade, valorização do trabalho docente e autonomia das instituições pública de ensino superior; para garantir a universalização do acesso ao ensino superior público de forma gratuita e tenta combater todas as formas de mercantilização da educação.

O ANDES-SN busca defender a manutenção e ampliação do ensino superior público gratuito e de qualidade, socialmente referenciado, a autonomia e o funcionamento democrático das universidades públicas, e um padrão único de qualidade para estimular a pesquisa e criação

intelectual. Defende ainda uma carreira única para os docentes da universidade e a garantia do direito a liberdade de pensamento, inclusive nas contratações e nomeações. Teve e ainda mantém um papel importante na luta pela democracia no país, contra as privatizações a partir da década de 1990, e em várias lutas da classe trabalhadora para conquistar/defender os direitos e melhorias para a maioria da sociedade brasileira.

Além dos planos de luta, o ANDES-SN busca elaborar propostas concretas para políticas públicas, como ocorreu no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, e nos projetos de lei Leis de Diretrizes e Bases da Sociedade, de Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira e de plano de carreira único para os professores das IFES, entre outros.

Convém destacar que paralelamente à criação da ANDES e em um contexto marcado por grande efervescência política se dá a criação da APUBH⁵, que participa ativamente do processo de fundação do sindicato nacional. A fundação da APUBH ocorreu no dia 12 de novembro de 1977, como Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte (APUBH), a partir da iniciativa de docentes da UFMG, da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) e da FAFI-BH⁶, com o objetivo de lutar contra a repressão do regime militar, pelo processo de redemocratização do país e criar um movimento docente organizado.

Em realidade, desde 1976, em várias universidades brasileiras, começou-se a criar, assim como a APUBH na UFMG, associações docentes (AD), com o objetivo de defesa dessas instituições e dos interesses dos docentes, ante as intervenções e medidas do governo militar. Algumas já mais consolidadas e outras ainda se formando, estas começaram juntas a conformar um movimento docente nacional, que resultou na criação da Coordenação Nacional do Movimento Docente, em 1978.

Em 1977, no caso da APUBH, em assembleia geral foi aprovado um estatuto provisório e constituída uma Comissão Executiva Provisória. Alguns meses depois, em novembro de 1977, foi aprovado o estatuto definitivo e realizada a primeira eleição para a diretoria.

⁵ Informações recolhidas no Site: <http://APUBH.org.br/conheca/linha-do-tempo/>

⁶ Na prática, a APUBH terminou representando somente professores da UFMG.

A APUBH começa então a se integrar ao Movimento nacional em 1978 e 1979 e a participar ativamente da construção desse movimento no país, passando, inclusive, a ser uma importante liderança entre as universidades federais. Em dezembro de 1981, um informe da APUBH publica um breve histórico da ANDES.

No ano de 1980, a APUBH já participava da primeira greve nacional da categoria, buscando melhorias e reconhecimento. E serão várias as experiências de greve nacional que a APUBH atuará.

No ano de 1982 a APUBH publica a primeira edição do seu Jornal, apresentando informações sobre a eleição dos novos diretores de unidades da UFMG.

Em 1984, a entidade participa de maneira ativa nas manifestações pela democratização do Brasil, e do movimento pelas Diretas JÁ; e participa da greve nacional docente que teve duração de 84 dias, sob ameaças de corte de salários. Em 1986, emerge uma greve, da qual também participa, contra os efeitos do Plano Cruzado. Assim como em 1987, quando a greve foi pela adoção de um plano de carreira único para os docentes das IES. Este movimento grevista, que durou cerca de dois meses, obteve como principal ganho a publicação do Plano Único de Carreira, Retribuição, Cargos e Empregos- PUCRCE, no Decreto nº 94.664, de 23/07/87.

Com a aprovação da Constituição Federal em 1988 e a possibilidade de organização sindical dos servidores públicos, a APUBH participa ativamente da transformação da ANDES em Sindicato Nacional e a ele se vincula, mas não como seção sindical, como ocorreu com a maior parte das IFES. Por não concordar com o formato que o ANDES-SN adotaria, de seção sindical sem personalidade jurídica própria, sem patrimônio e CGC próprios, e a ausência de poder para substituir juridicamente a categoria nas ações trabalhistas locais. Para resolver essas questões, a APUBH busca promover sua vinculação de forma atípica, por meio de dois instrumentos jurídicos: uma associação sindical com estatuto próprio, acoplada a uma seção sindical ligada ao ANDES- SN, por meio de um regimento. Tal proposição obteve parecer desfavorável, o que resultou em conflitos e adiamento da decisão. A situação foi resolvida com o registro em cartório do estatuto da APUBH, de forma unilateral, e a consequente continuidade de sua participação na base do ANDES-SN.

No ano de 1989 é deflagrada uma nova greve que durou 69 dias. A pauta continha reivindicações de aposentadoria paritária com os docentes da ativa, um plano de carreira único, aposentadoria integral, abertura de concursos, e autonomia universitária na gestão de recursos.

Já a década de 1990 registra um arrefecimento do movimento docente. Ainda assim, em 1991 deflagra-se a greve mais longa da história do movimento docente do país com a duração de 124 dias. De 1992 a 1997 o refluxo do movimento docente cresce e as greves não são realizadas. Em 1994, entretanto, há uma greve nacional, mas de curta duração que, pela primeira vez, não conta com a adesão da UFMG.

Atente-se para o fato de que em 1992, a APUBH aprova um estatuto, com ênfase no processo de representação e democratização interna da entidade. Em 1995 e 1996, em meio a uma conjuntura de desmobilização e indignação, os professores da UFMG tampouco aderem à proposta de greve nacional. Em 1996, realizou-se um ato em defesa da Universidade Pública, que contou com maior participação de estudantes e técnicos-administrativos, do que docentes. No ano de 1997 houve apenas paralisação das atividades por dois dias, 23 e 24 de abril.

A análise aprofundada das razões de uma mudança nas ações da APUBH a partir dos anos 1990 ainda será realizada pela pesquisa em curso. Mas já se sabe que em 2004, já no primeiro ano do governo Lula da Silva, e em oposição às análises e planos de luta do movimento nacional docente em relação às medidas adotadas pelo governo federal - a reforma universitária, precarização das condições de trabalho e de pesquisa dos docentes das IFES, a falta de reajuste de salários e cortes de recursos orçamentários das universidades federais - a APUBH, juntamente com outras 15 instituições Federais de Ensino Superior (IFES) fundam o Fórum Nacional dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES). Exatamente em 2004 ocorre a visita do então Ministro da Educação Tarso Genro à UFMG e, em seguida, houve a criação do PROIFES, como se pode ler na Linha do Tempo publicada no *site* da APUBH:

Visita histórica do Ministro de Estado da Educação, Tarso Genro, junto à reitora da Universidade, Ana Lúcia Gazzola. Discussão sobre a reforma universitária, as condições de trabalho e de pesquisa dos docentes, a falta de reajuste de salários e de recursos. No mesmo ano, juntamente com representantes dos docentes de 15 Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, o Fórum Nacional dos Professores

das Instituições Federais de Ensino Superior – PROIFES foi fundado. (APUBH, 2016)

O PROIFES foi constituído por professores em geral apoiadores das políticas do governo federal, alguns deles integrantes dos partidos da base do governo. A entidade desde o início tentou de várias maneiras realizar transformações no caráter combativo e independente do ANDES-SN, e em suas pautas e estratégias de lutas. Os defensores do PROIFES se definiam como uma reação ao aparelhamento partidário e ao aprofundamento das tendências ‘autoritárias e cupulistas’ que se encontrava dentro do ANDES-SN. Alegavam que essa situação impedia o livre debate de ideias e de estratégias. Essa nova entidade teria sido fundada como uma maneira de expressar as reivindicações e as demandas específicas dos professores das universidades federais que estariam sendo esquecidas, por existir uma prática do ANDES-SN que pensaria nos interesses dos professores subordinados aos objetivos partidários.

Dirigentes da APUBH, que protagonizaram a criação do PROIFES, argumentavam que o ANDES-SN apresentava formas autoritárias e antidemocráticas, e ideias sindicais que limitavam debates, criação de mecanismos de aferição da vontade e do pensamento dos docentes. Alegavam estar indignados com o ‘assembleísmo que tornava a maioria escrava da minoria’. Para a entidade o ANDES-SN não cumpria o papel de representar a categoria, porque buscava apenas um controle dos participantes ‘com ideias maniqueístas, autoritárias e partidarizadas’, e não estaria lutando pelos direitos dos trabalhadores docentes.

Por parte dos dirigentes da APUBH, o ponto crucial alegado para agilizar o processo de sua desvinculação do ANDES-SN foi a deliberação do Congresso que determinou às seções sindicais do sindicato nacional o repasse da contribuição de 0,2% de cada associado para o ANDES-SN. O cálculo era realizado através do salário base, com uma correspondência com vencimento básico, mais gratificações. Mas em 2000 havia sido realizada uma mudança no artigo 72 do estatuto, que fixou a contribuição de 0.2% somente no vencimento básico. Em 2004, a diretoria da APUBH analisou o estatuto e tomou a decisão de reduzir o seu repasse. Outras seções sindicais apoiadoras do PROIFES adotaram a mesma medida. Isso gerou polêmica política e jurídica com a direção nacional do ANDES-SN e, em um congresso realizado em 2005, a diretoria do ANDES-SN impede a participação dos delegados dos sindicatos inadimplentes. A participação dessas entidades inadimplentes no encontro acabou ocorrendo através de medidas judiciais. Mas nesse Congresso deliberou-se por modificar o estatuto, que passava a contribuição de 0,2% sobre a remuneração integral, em lugar do

vencimento básico. A diretoria da APUBH não queria realizar tal repasse. Ante a tal situação a diretoria da APUBH convocou uma reunião ampliada do seu Conselho de Representantes para, juntamente com a Diretoria Executiva e os Departamentos, tratar destas e de outras questões, e encaminhar propostas para deliberação de uma Assembleia Geral de rompimento com o ANDES-SN.

Paralelamente, a diretoria da APUBH defendia a proposta de transformá-la em um sindicato. A desfiliação do ANDES-SN seria condição para esse acontecimento.

Anteriormente, já vinha sendo articulado com outras AD a criação de um novo modelo sindical dos docentes, que o PROIFES representaria. Foram realizados debates também na UFMG, na sede da APUBH. Dessa maneira a diretoria da APUBH promoveu varias ações para colocar em prática suas propostas. No seminário ocorrido em 2006 em Salvador, ficou a decidida a implementação de ações para a criação dos sindicatos locais e da organização nacional em federação.

Nesse processo de ruptura, a seção Sindical do ANDES, que possuía um regimento em separado do estatuto da APUBH, foi desativada, e a contribuição financeira ao sindicato nacional cessou totalmente.

Na sequencia das transformações na APUBH, em 2007, em uma assembleia pouco numerosa, promove-se a desvinculação total da APUBH do ANDES-SN. Na mesma ocasião, e igualmente com baixa participação dos sindicalizados e dos demais professores da UFMG, aprova-se um novo estatuto da APUBH, orientado pelo PROIFES, que ainda segue vigente.

Elementos e dados já coletados na pesquisa mostraram também uma gradativa transformação no caráter da APUBH que, devido à predominância de ações não propriamente sindicais, como um Clube de Benefícios e investimentos financeiros, dentre outras coisas, parecem revelar a recriação de um sindicalismo de tipo assistencialista; mas também com tendências empresariais, e marcado fortemente por políticas interinstitucionais. Políticas que se processam em detrimento da organização de base da categoria dos professores contra a precarização e possível proletarização de seu trabalho.

Situação que se efetiva no processo histórico em que, desde 2006, a APUBH deixa de participar dos debates e das demais atividades chamadas pelo ANDES/SN, e de discutir pela adesão ou não às greves realizadas nas demais universidades federais. Com exceção da greve

de 2012. A continuidade da pesquisa revelará as razões de um possível ressurgimento, a partir deste ano, da movimentação docente de caráter agora combativo na UFMG; porém, de uma parcela dos docentes que, devido à precarização de suas condições e relações de trabalho irão, em 2012, sustentar a importância da participação na greve nacional da UFMG, que ali ocorreu à revelia da diretoria do sindicato.

Considerações Finais

Remeter nossos estudos primeiramente à história do sindicalismo em geral e do sindicalismo e trabalho docente em particular foi fundamental para a compreensão renovada, também no campo teórico, da importância da luta dos trabalhadores; não somente por causas imediatas, mas pela emancipação da classe trabalhadora em relação ao capitalismo, condição para a o fim da exploração e opressão do trabalho.

Tal formulação se configura, portanto, como base epistemológica para a continuidade da investigação. Que pretende apontar uma análise que responda às seguintes questões lacunares no campo do sindicalismo docente na UFMG: quais foram as mudanças operadas no período de 2004 a 2006 na APUBH, em sua estrutura, gestão, atividades, relações com os filiados e outros atores? Quais foram as motivações e os argumentos que justificaram tais mudanças? Como foi a participação dos professores da UFMG nesse processo? Que tipo de sindicalismo vem sendo constituído? Há uma oposição sindical (e com qual sentido) se constituindo a partir da greve de 2012? Quais são possíveis as implicações deste estudo no campo investigativo sobre o sindicalismo brasileiro?

As mudanças ocorridas na história do sindicato na UFMG já indicam, no entanto, o afastamento dos professores da UFMG, tanto do movimento docente nacional organizado na base do ANDES-SN, como dos próprios pares na UFMG e da direção da APUBH. A vinculação ao PROIFES e posteriormente, ao MDIA, se deu sem a participação efetiva e determinada da categoria. Fez-se pelo topo a revelia dos professores. Tais alterações fomentaram o isolamento da universidade do cenário das movimentações nacionais da categoria docente, conforme se pode deduzir pela experiência de trabalho na UFMG. Marcado, dentre outros elementos, pela precarização de suas condições e relações, o que decerto enfraquece a capacidade de resistência individual e coletiva dos professores, enquanto categoria profissional.

Na continuidade da pesquisa pretende-se caracterizar a APUBH após sua ruptura com o ANDES, identificando algumas das principais alterações ocorridas a partir de 2014. E, nesse contexto, a importância do movimento docente de oposição, recriado a partir da greve nacional de 2012.

Encerra-se assim este trabalho com muitas lacunas e perguntas, que só devem poder ser parcial ou plenamente contempladas, ao término da pesquisa que apenas se inicia.

Referências e Bibliografia

ANDES estrutura . (s.d.). Acesso em 01 de 05 de 2016, disponível em <http://www.ANDES.org.br/ANDES/print-estrutura.ANDES>

ANDES Ufsc . (s.d.). Acesso em 23 de 05 de 2016, disponível em <http://ANDES-ufsc.org.br/3253-2/>

ANDES-sn. (s.d.). Acesso em 01 de 05 de 2016, disponível em <http://www.ANDES.org.br/ANDES/portal.ANDES>

APUBH Linha do tempo . (s.d.). Acesso em 01 de 05 de 2016, disponível em <http://APUBH.org.br/conheca/linha-do-tempo/>.

ARROYO, Miguel Gonzáles. Mestre, educador, trabalhador; organização do trabalho e profissionalização. Belo Horizonte: FaE/UFMG, 1985. (Tese, Livre Docência/Departamento de Administração Escolar.

Engels, F. (2008). *Os sindicatos I*. Sundermann.

Engels, F. (2008). *Os sindicatos II; O marxismo e os sindicatos* . Sundermann .

Estatuto APUBH. (s.d.). Acesso em 13 de 05 de 2016, disponível em <http://APUBH.org.br/conheca/estatuto/>

Lenin, V. I. (1979). *Sobre os Sindicatos* . São Paulo : Livraria editora Ciências Humanas .

Marx, K. (1984). *O capital Vol.1*. São Paulo : Abril Cultural. .

MARX, Karl. A questão judaica. São Paulo: Editora Moraes, 2 ed. 1991.

Marx, K. (2008). *As greves e as coligações de operários, O marxismo e os sindicatos* . São Paulo: Sundermann.

Marx, K. (s.d.). *Associações Sindicais: seu passado, presente e futuro. Resolução sobre os Sindicatos do Congresso de Geneva*. In: *A Internacional na Alemanha -1864-1872 Documentos e Materiais*.

Marx, K., & Engels, F. (1980). *Sindicalismo* . Sao Paulo : Ched Editorial .

Oliveira, D. A., & Melo, S. D. (2014). *Sindicalismo docente desafios e perspectivas*. CCS Gráfica e Editora.

Rosso, S.;D. Pro-Posições, Campinas, v. 22, n. 2 (65), p. 111-131, maio/ago. 2011.

Rosso, S. D. (2011). *Associativismo e sindicalismo na educação* . Paralelo .

Rosso, S. D., & M.L, L. (2004). *O sindicalismo tardio da educação básica no Brasil. Universidade e Sociedade Brasília.*

SANTOS, Oder José. *Pedagogia dos conflitos sociais*. São Paulo: Papirus, 1992.

TAVARES, Rosilene Horta. *Os trabalhadores em educação e suas formas de luta em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 1995. (Dissertação, Mestrado).